



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Parecer n°: 6346/2017 - PGE
Processo n°: 026.301-00083/2017-1
Interessado: Secretaria de Estado da Infraestrutura.
Assunto: Pregão Eletrônico
Destino: SEINFRA

LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. ADEQUAÇÃO AO
DECRETOS ESTADUAIS N.º: 26.531/09 E
26.533/2009. VIABILIDADE COM
RECOMENDAÇÕES.

1 - Relatório.

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, que objetiva a contratação de serviços de implantação de marcos inaugurais e placas de inauguração em obras da SEINFRA, cumprindo por ora a análise dos aspectos formais do edital de licitação.

Para a análise do pleito foram acostados, dentre outros documentos: autorização; informações orçamentárias; planilha de custos; Minuta de Edital do pregão eletrônico e anexos. Ausente valor de Referência.

É o relatório. Fundamento e opino.

2-Fundamentação.

A Lei n.º: 10.520, de 17 de julho de 2002 disciplinou a modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, prescrevendo os atos a serem praticados na fase preparatória através do art. 3.º e seus incisos.

O pregão define-se, portanto, como a modalidade de licitação por meio do qual a Administração Pública, garantindo a isonomia, seleciona fornecedor ou prestador de serviço, visando à execução de objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública presencial ou virtual, reduzir o valor da proposta por meio de lances verbais e sucessivos.

Em suma, apresenta as seguintes características: a) limitação do uso a compras e serviços comuns; b) possibilidade de o licitante reduzir o valor da proposta durante a sessão; c) inversão das fases de julgamento da habilitação e da proposta.

Dito isto, registre-se que compete à Administração, por se



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

tratar de matéria eminentemente técnica, definir se o objeto a ser licitado possui padrões de desempenho e qualidade passíveis de serem determinados por especificações usuais de mercado. Pode, inclusive, respaldar sua definição com base no Decreto Federal nº: 3.555/2000 e suas alterações.

Ao mesmo tempo, a definição do objeto deverá **ser precisa, suficiente e clara**, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. (artigo 3º, inciso II da lei 10520/2002)

Quanto a Habilitação a Lei n.º 10.520 não estabelece quais documentos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira devem ser exigidos, cabendo à Administração definir no Edital quais documentos são necessários, em face do caso concreto, não sendo obrigatório reproduzir todas as exigências dos arts. 28 a 31 da Lei n.º 8.666/93.

No que se refere ao procedimento a ser adotado, deve o órgão seguir as regras jurídicas aplicáveis à matéria dispostas nos Decretos Estaduais nº 26.531/09 e 26.533/09, que, dentre outras providências, alterou o procedimento das licitações na modalidade pregão no Estado de Sergipe, aproximando-o do disciplinamento legal prescrito no Decreto Federal nº 5.450/2005 e o compatibilizando com o sistema eletrônico patrocinado pelo Banco do Brasil.

Em relação à minuta do edital de licitação, algumas considerações devem ser tecidas.

Na **cláusula de habilitação técnica**, deve-se definir o que são características técnicas compatíveis ao objeto licitado.

Assim, definir percentual mínimo, entendido pela Administração como suficiente para atestar a qualificação técnica da empresa.

Sobre o tema segue fundamentação de parecer nº: 18018/2012.

"Parecer nº: 18018/2012

2) Qualificação técnica - Atestados - Quantidades e prazos

Uma das formas de comprovação da qualificação técnica se dá por meio da apresentação de atestados. Nesse sentido, o art. 30, II, da Lei nº 8.666/93 dispõe que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á à "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

da licitação" (destacamos).

Já o § 1º do mesmo art. 30 deixa claro que a comprovação acima referida "será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes".

Como se pode perceber, a finalidade dos atestados é a de verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para, em se sagrando vencedor do certame, cumprir o objeto de forma satisfatória.

Como os atestados devem revelar a experiência anterior do licitante na execução de objetos similares ao licitado, é preciso que reflitam que as obrigações foram adimplidas nos termos avençados. Isso porque, a partir da avaliação das condições em que foram executadas as obrigações assumidas é que a Administração poderá decidir pela adequação do atestado para fins de comprovar a experiência anterior do licitante.

Ora, se, em sede de capacitação técnico-operacional, a avaliação da aptidão do interessado deve ser feita mediante a demonstração de que o interessado já desenvolveu um objeto com características, quantidades e prazos equivalentes ao objeto licitado, é preciso, então, que esse documento indique o escorreito desenvolvimento do contrato nos termos ajustados.

Diante disso, o ideal é que do atestado constem todas as informações necessárias para a Administração proceder à análise acerca da sua adequação ao objeto licitado.

Para tanto, a Administração deve verificar se os atestados contemplam objetos com características, quantidades e prazos pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

A dificuldade de realizar essa avaliação se dá em face da ausência de parâmetros objetivos na Lei nº 8.666/93 que possam ser aplicados para fins de definir o que se deve entender como objeto pertinente e compatível.

Diante disso, cabe à Administração estabelecer no edital os requisitos de qualificação técnica de modo a possibilitar que os licitantes demonstrem possuí-la mediante a apresentação de experiências anteriores que, embora não idênticas à compreendida pelo objeto da licitação, sejam com ele compatíveis e, nessa condição, permitam concluir que possuem a aptidão mínima necessária para executar satisfatoriamente a pretensão do Poder Público.

Deve-se restringir as exigências ao mínimo necessário para atestar a capacidade do interessado, nem mais, nem menos. Sobre o assunto, forma-se o Acórdão nº 2.147/2009 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, citado a título de referência:

"9.4.3. limite as exigências de atestados de capacidade técnico-operacional aos mínimos que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do empreendimento, devendo abster-se de estabelecer exigências excessivas, que possam restringir indevidamente a competitividade dos certames, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a executar (conforme jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1.284/2003-Plenário; 2.088/2004-Plenário;
2.656/2007-Plenário; 608/2008-Plenário e 2.215/2008-Plenário), cumprindo
o que prescreve o art. 37 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei
8.666/1993;" (Destacamos.)

Ainda, veja-se o teor da súmula abaixo do TCU e TCE/SP (aqui citados
como referência), respectivamente:

"SÚMULA Nº 263/2011: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional
das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de
maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é
legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em
obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa
exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a
ser executado." (Destacamos.)

"SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência
de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do
artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante
apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito
público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais
competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de
prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades
razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro
percentual que venha devida e tecnicamente justificado." (Destacamos.)

Assim, a finalidade do atestado é comprovar a experiência do licitante
que indica sua capacidade para executar o objeto licitado, mas para tanto
não é exigível a execução de objeto idêntico (mesma quantidade de
serventes e mesmo prazo).

Na verdade, é certo que exigir o quantitativo total a ser contratado
pode ser entendido como restritivo e, nessa medida, ser passível de
questionamento (inclusive, na análise acima destacada do TCU, entendeu-se
como desarrazoada a exigência de quantitativos acima de 50% do objeto a ser
executado).

Consoante às razões acima apresentadas, cumpre à Administração avaliar
com cautela o quantitativo que, uma vez exigido e comprovado,
justificadamente, permita firmar a presunção de que o interessado é capaz
de bem executar o objeto da contratação futura.

Desse modo, é possível a exigência de comprovação por parte do licitante
de que já executou 10% do objeto licitado, por exemplo, desde que a
Administração demonstre ser esta a quantidade mínima para fins de aferir se
o particular possui a qualificação necessária à execução do objeto licitado.

3-Conclusão

À vista do exposto, **OPINO** no sentido de que:

a) a veracidade das informações e documentos anexados aos
autos é de inteira responsabilidade da Administração;



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

b) deve-se autenticar as cópias e providenciar a assinatura dos documentos;

c) **no edital**, necessário retificar a **cláusula de habilitação técnica** conforme fundamentos deste parecer;

d) O contrato não poderá ser firmado por período superior a 31.12.2017 uma vez que não se configura como serviço contínuo;

e) O órgão deve se ater a contratação de placas pertinentes a inauguração de núcleos habitacionais conforme projeto Atividade indicado, 0591 (infraestrutura em núcleos habitacionais).

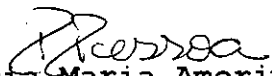
f) os agentes públicos serão responsabilizados administrativamente pelo dano causado à Fazenda Pública, caso fique comprovado o superfaturamento de preços, sem prejuízo de outras sanções civis e criminais cabíveis;

g) o resumo do edital deverá ser previamente publicado no site *Comprasnet Sergipe* (www.comprasnet.se.gov.br), sem prejuízo da publicação no DOE;

h) há *possibilidade jurídica* de abertura da presente licitação, atendidas **TODAS** as recomendações constantes neste parecer.

É o parecer, o qual submeto ao descortino da Autoridade Superior.

Aracaju, 25 de agosto de 2017.


Patrícia Maria Amorim Pessoa
Procuradora do Estado



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONCLUSÃO

Seguem os autos Nº 026.301.00083/2017-1, ao
Procurador-Chefe da PEACA.

Em 25/08/2017

DELIBERAÇÃO

() Diligência

() Despacho

(X) Aprovo o Parecer nº 6346 / 2017

() Aprovo o Parecer nº _____ / _____, com as ressalvas lançadas no

Despacho Motivado nº _____ / _____

() Reformo o Parecer nº _____ / _____, na forma do Despacho Motivado
nº _____ / _____

Em 25 / 8 / 17

Procurador Chefe da PEACA

